

Falsa Aparência

A queda das cotações do dólar para abaixo de R\$ 1,70 e o consequente esvaziamento das expectativas inflacionárias – que se refletiram na boa aceitação da venda de US\$ 2 bilhões em títulos da República pelo mercado financeiro internacional – transmitiram ao governo a sensação de que o pior já passou.

Considerando que a crise que levou à desvalorização do real foi gerada pela desconfiança externa em relação à capacidade do país para acertar simultaneamente as contas públicas e as contas externas, a mudança de percepção externa é altamente favorável. Olhando as coisas a fundo, é cedo para baixar a guarda.

E o motivo é simples: o governo se comprometeu com o Fundo Monetário Internacional a gerar, nos anos de 1999, 2000 e 2001, substanciais superávits no conceito primário das contas públicas (que desconta o peso das dívidas interna e externa). Esse superávit depende do avanço das reformas, do aumento de impostos e da arrecadação, e da colaboração dos estados e municípios no esforço de austeridade fiscal.

A baixa do dólar, da inflação e dos juros ajuda a tornar menos explosiva a realimentação do déficit público por parte da dívida mobiliária. O que se torna fator de desconfiança em relação à capacidade do governo para rolar esta dívida. O Tesouro tem-se aproveitado do bom momento para vender papéis com taxas prefixadas e títulos com cláusula de reajuste cambial, com objetivo de alongar o perfil da dívida.

Pode-se dizer que o governo venceu uma grande batalha. Mas há outras pelas frentes e sinais preocupantes em cena. A cobrança da contribuição previdenciária sobre os servidores públicos aposentados e pensionistas da União encontra-se ameaçada por liminar já acolhida pelo Supremo Tribunal Federal. A rejeição da contribui-

ção pelo Congresso em dezembro detonou uma onda de apostas contra o real.

A situação agravou-se quando o governador Itamar Franco utilizou a palavra “moratória” para anunciar que Minas Gerais não tinha recursos em caixa para honrar a renegociação da dívida com a União. Hoje está claro tanto que o uso da palavra foi inapropriado – ela se tornou um tabu no mercado financeiro internacional e já havia detonado a crise russa em agosto do ano passado – quanto a necessidade da revisão do pacto federativo, o objeto político do governador mineiro, começa a contagiar outros governadores. Inclusive os próximos ao poder central.

A recessão e o desemprego, provocados pela política de altas taxas de juros, contribuíram para empobrecer milhões de brasileiros atraídos para o mercado de consumo pela estabilidade do Plano Real. A retração do salário mínimo em dólar é o maior exemplo de que a manutenção desta política é inviável. Sobretudo para os estados. Sem a retomada do crescimento econômico será muito difícil que eles obtenham as receitas necessárias ao pagamento de suas dívidas.

O governo teceu acordos políticos no Congresso que lhes asseguraram vitórias em votações importantes. Pode repetir o esquema na Lei de Responsabilidade Fiscal (essencial ao ordenamento das finanças públicas). Mas há muito mais questões de governabilidade fora da órbita do Congresso. É preciso convencer os governadores a compartilhar da austeridade. E isso só será possível mediante amplas negociações.

O novo adiamento da reunião dos governadores com o presidente Fernando Henrique Cardoso, no próximo dia 5, representou a perda de uma excelente oportunidade de se abrir caminho a negociações substanciais para o país. E negociar é a essência da política.